

TEMA EM DISCUSSÃO

HISTÓRIA ORAL: O RELATO E A ANÁLISE

Três pesquisadores discutem o tema em artigos comentados pela
Profa. Dra. Maria de Lourdes Mônaco Janotti

A discussão teve lugar em Mesa Redonda realizada durante o 26º Encontro
Nacional de Estudos Rurais e Urbanos, em 21 de maio de 1999.

ANÁLISE DE ENTREVISTAS EM PESQUISAS COM HISTÓRIAS DE VIDA

*Dulce C. A. Whitaker**

Resumo: Procedimentos rigorosos devem acompanhar todo o processo de pesquisa que utilize a História Oral como metodologia, desde a transcrição até a interpretação final, para que a análise possa ser caracterizada como científica. O artigo discute os problemas que envolvem o momento da análise das histórias de vida, que podem ser agrupados em duas grandes questões: a questão da transcrição do discurso do entrevistado e a questão das teorias que iluminam a análise e interpretação do material. Em anexo, texto que discute a fidedignidade da transcrição e o caráter etnocêntrico e sociocêntrico em que incorre o transcritor levado a corrigir a fala do entrevistado.

Palavras-chave: histórias de vida, transcrição, interpretação

Não sou uma especialista em História Oral. Não sou sequer historiadora. Sou uma socióloga que enveredou pelo estudo de um fenômeno que, acredito, será considerado pelos historiadores do futuro como de alta relevância para compreensão do Brasil, ao final deste século, qual seja, a fusão de um rural e de um urbano em desintegração – um movimento dialético implicando desruralização e ruralização, desurbanização e reurbanização, enfim, um processo convulsivo marcado pela extrema perversidade do mercado – o novo deus, ao qual todos desejam se integrar.

Mas o tema deste texto não é o processo histórico em si, e sim a questão da metodologia mais adequada à sua compreensão, metodologia esta que deve ser debatida criticamente.

Afinal, a historiografia tradicional, fortemente ligada ao triunfalismo da história oficial já sofreu todas as críticas. Não cabe recordar tais críticas nesse momento, até porque todas as fontes são preciosas (o documento escrito, por exemplo, é sempre uma preciosidade quando usado criticamente).

Quanto ao materialismo dialético, que alguns gostariam de descartar, continuará sempre a nos encantar pela elegância das grandes linhas históricas que desvela e será sempre fundamental para compreensão adequada dos processos estruturais e da luta de classes.

No entanto, a História que se constrói no chão social e tão rica de meandros e significados que precisamos compreender um número cada vez maior de fatos para explicar em profundidade processos que envolvem subjetividades em confronto dentro do movimento geral da História.

* Docente do Programa de Pós-Graduação – Sociologia – UNESP-Araraquara.

Não basta afirmar que um fenômeno é síntese de múltiplas determinações. É preciso compreender cada um dos significados que informam tais determinações. Não basta falar em mediações. É preciso, conforme nos lembra Raymond Williams, compreender os diferentes níveis nos quais se dão tais mediações. É preciso penetrar numa teia de significados que se apresenta cada vez mais complexa – numa compreensão, ao mesmo tempo antropológica e weberiana dos atores sociais e dos sujeitos que se transformam em atores por imposição do sistema, mas que levam ao sistema os aportes de sua subjetividade.

E agora chegamos finalmente ao ponto que nos interessa neste seminário. A História Oral, como metodologia, tem realmente dado conta dessas exigências? Ao analisar, por exemplo, uma história da vida, está realmente o cientista social captando o sujeito, as determinações, as mediações, o processo?

Creio que chegou o momento de fazermos um balanço crítico desta metodologia, começando talvez pela questão da análise. Tomemos a história de vida. Na minha experiência, é a técnica por excelência para estudo dos processos ligados à exclusão social, já que nos permite captar as rupturas que marcam as tortuosas trajetórias de todos os que se envolvem na luta pela terra.

As histórias de vida narradas pelos sujeitos que estamos considerando como novos atores em novos espaços sociais – os assentamentos de Reforma Agrária da região de Araraquara (Whitaker e Fiamengue, 1995) carregam em si rupturas reveladoras de muitas das contradições e mediações teorizadas pelo materialismo histórico. Nesse sentido, acredito que se pode propor, a partir delas, o encontro entre a história nova e a totalidade dialética, evitando dessa forma a apresentação de uma “história em migalhas”, e o estudo de um cotidiano vazio de significados, dois “crimes” dos quais têm sido acusadas as ciências sociais desde que descobriram o sujeito da História.

Defendo, no entanto, o argumento de que nem todas as pesquisas atingem esse objetivo, em parte pela forma como são tratados os dados coletados a partir das metodologias adotadas. Deixarei de lado a questão da coleta das histórias de vida, questão essa que tem sido amplamente tratada em vasta e excelente bibliografia¹ e passarei diretamente ao debate sobre a organização desses dados e sua análise, processo que nem sempre tem merecido os cuidados exigidos pelo método científico.

Com efeito, foi sempre o requisito fundamental de qualquer ciência, que se adotem sempre procedimentos rigorosos na organização e principalmente na análise de qualquer material obtido.

No caso da História Oral, tais procedimentos deveriam acompanhar o processo, desde a transcrição até a interpretação final para caracterizar a análise como científica, o que nem sempre ocorre.

Apontarei aqui, rapidamente, os principais “crimes” que tenho presenciado contra entrevistas desse tipo para depois sugerir, a partir de um exemplo prático,

1 Veja-se por exemplo, SIMSON, O. R. M. von (1981) ou Thompson (1993).

algumas formas de se escapar aos perigos que rodeiam o pesquisador, encantado com a aparente facilidade das “novas” metodologias.

Não tenho a pretensão de ter respostas as mais adequadas para os problemas que estou levantando, nem de esgotar assunto de tão vastos desdobramentos. Tento apenas colaborar com minha experiência de pesquisa para alimentar um debate que se faz necessário e que esta mesa tem o grande mérito de suscitar.

Acredito que os problemas que envolvem o momento da análise das histórias de vida (e também de depoimentos e outros tipos de entrevistas gravadas) podem ser agrupadas em duas grandes questões:

- 1 – a questão da transcrição do discurso do entrevistado;
- 2 – a questão das teorias que iluminam ou deveriam iluminar a análise desse material e conseqüentemente a interpretação.

No que se refere à transcrição, já demos uma primeira contribuição, neste mesmo evento, em 1996, quando apresentamos – meu grupo de pesquisadores e eu – a comunicação “A transcrição da fala do homem rural: fidelidade ou caricatura?” (Whitaker et al., 1996).

O texto apresentado àquele momento denunciava o caráter etnocêntrico e sociocêntrico das transcrições, nas quais se perpetram erros ortográficos, tentando reproduzir a fonética do discurso obtido, como se tal fosse possível com alfabeto de 23 signos. Preocupava-nos àquele momento o fato de que, a pretexto de respeitar a fala do “outro”, comete-se verdadeira delinquência acadêmica, altamente desvalorizada do discurso obtido, o que desvirtua o material colhido, numa atitude e procedimento anticientíficos.

Chamávamos atenção também para o fato de como tais preconceitos travestidos de ciência, afetam especialmente a fala dos sujeitos da zona rural, uma das maiores vítimas do urbanocentrismo das ciências em geral e da sociologia em particular.

O tema é complexo (há uma cópia daquele texto em anexo e não vou aqui repetir todas as suas observações e sugestões). Direi apenas que tal distorção repousa principalmente no fato de que muitos pesquisadores se esquecem de que quando as pessoas falam não estão escrevendo, logo não podem cometer os erros ortográficos que lhe são atribuídos na transcrição. E o mais curioso é que tais transcrições, supostamente “fonéticas” só atingem a fala dos sujeitos das camadas sociais vulneráveis. Quando o pesquisador reproduz a fala dos seus pares o faz com a perfeição ortográfica requerida, principal requisito requerido para a análise.

Realmente, como analisar um discurso que mal se consegue ler? Resumindo aqui o conteúdo da nossa primeira contribuição, passo a outros atentados que se cometem contra esse delicado material de pesquisa. Por exemplo, a edição. Nesse caso, o texto transcrito é violentado para ganhar a lógica e a coerência que o pesquisador gostaria que ele tivesse.

Ao resumir e reformular o discurso, o transcritor realiza então uma “correção” e esta sim desrespeita a fala do outro. A sintaxe original (que deveria ser reproduzida) torna-se “correta”, desaparecem as hesitações, que expressam em geral rupturas, sofrimentos, dúvidas, contradições... Reiteraões de temas ou palavras, elementos importantíssimos para análise do discurso são eliminados, as ênfases se desvanecem, trechos truncados são desprezados.

Enfim, pasteurizado, o discurso perde seu caráter dialético, a trama que configura o correr da vida se simplifica e o cotidiano do narrador se banaliza. Suas opiniões contraditórias não podem mais ser exploradas, enquanto as palavras truncadas que revelariam sua autocensura já não podem ser detectadas.

A praticidade e onipotência do transcritor pode resumir tanto o material que ele se torna inócuo. Há transcrições ainda que eliminam as perguntas colocadas pelo entrevistador. Na ânsia de adequar seu trabalho ao padrão de não-intervenção que caracteriza algumas histórias de vida, alguns pesquisadores suprimem um dos pólos da interlocução. Conforme nossa experiência, o interesse do entrevistador tem que se manifestar, muitas vezes, a partir de perguntas que animam o narrador, criando e recriando a interlocução, sem a qual a narrativa pode estancar.

Quando se confia a tarefa da transcrição a leigos, todos os perigos aqui apontados ficam potencializados. Mesmo um estudante de humanas pode ser tão imaturo do ponto de vista científico (e nada sabendo sobre os procedimentos ou sobre o projeto em pauta) que produzirá uma transcrição obviamente distorcida. Imaginem agora alguém de outra área do conhecimento, que tipo de material produzirá...

Assim, uma história de vida, contaminada pela imperícia, pode se tornar um conjunto de dados distorcidos, tanto ou mais do que qualquer documento produzido pela ideologia do momento vivido pela dominação que o produziu. Ou pior ainda: um material inócuo, carente do seu significado original e com pouca informação.

Mas o pior mesmo é quando a transcrição nem acontece. Num procedimento totalmente destituído de rigor científico, o pesquisador ouve a gravação, extrai dela o que confirma suas expectativas em relação ao tema e parte diretamente para a redação final do seu trabalho. Cai então no grande erro de buscar no discurso apenas os elementos que comprovam sua proposta, sem nenhuma atuação para evidências contrárias, o que invalida conclusões ou no mínimo distorce resultados. Aqui é preciso recordar alguns ensinamentos de Karl Popper, embora não se precise concordar exatamente com sua lógica positivista. Para Popper, apoiado em Ronald Fisher, toda experiência científica deve ser uma “tentativa deliberada de refutar a hipótese que está sendo testada” (apud Beveridge, 1981). Há um evidente exagero nessa imposição lógica de Popper, contestado pelo próprio Beveridge que discute bem essa questão. No entanto ela é válida para momentos cruciais da pesquisa e os cientistas sociais, levados por suas intenções, nem sempre conseguem “localizar” dados que as contrariam. Refletir um pouco sobre o conceito de “hipótese nula” faria bem a qualquer jovem pesquisador, apesar do aparente positivismo da pro-

posta. Afinal, a nova ciência está aí para mostrar com as teorias da complexidade que um fenômeno nunca é isso ou aquilo. Pelo contrário ele pode ser “isso e aquilo” ao mesmo tempo. Por que então atribuir a um entrevistado a coerência que os fatos não exibem?

O segundo conjunto de problemas refere-se às teorias que devem iluminar as análises e principalmente as interpretações. Dados não falam por si, o que significa que sem teoria não há ciência. Não pode haver um “take for granted” do que está dito numa entrevista. O respeito para com o narrador não implica que devamos considerar suas afirmações como explicações definitivas sobre o processo que estamos investigando. Elas são representações e como tais devem ser respeitadas. Nosso respeito por elas implica também considerá-las dignas de serem analisadas e relacionadas com a totalidade histórica à qual pertence o narrador.

É interessante ainda que alguns pensam estar “fazendo ciência” apenas colhendo histórias de vida e publicando o material obtido, sem qualquer análise.

É claro que tais publicações podem ser úteis a outros pesquisadores que estejam na mesma trilha daquele que publicou seus dados expondo suas fontes.

Mas aqui é possível perguntar: que valor possui uma fonte para quem não investigou o contexto ao qual pertence? Como interpretar dados sem saber em que situação foram colhidos? Como chegar ao sujeito do discurso se pouco ou nada se sabe em relação ao seu atual modo de vida, as implicações estruturais de sua integração e/ou lutas, o universo da pesquisa, os propósitos do pesquisador que escolheu os dados, etc. Enfim, como realizar a triangulação exigida por qualquer análise de discurso para checagem de resultados?

E mais: como iluminar o discurso com a teoria, sem ter participado do campo teórico que suscitou a coleta do dado?

Deste ponto de vista (do campo teórico), considero inócua a análise de qualquer depoimento por pessoas que não tenham participado da sua produção dentro de um projeto solidamente embasado por teorias compreensivas. Até porque, entrevistas de qualquer tipo apresentam expressivos momentos a serem aproveitados do ponto de vista teórico, enquanto outros momentos pouco ou nada dizem a respeito daquilo que estamos investigando.

Por exemplo, se o tema em pauta leva em conta o conceito de cultura, uma política cotidiana aparentemente sem importância pode ganhar significados inesperados. Se o conceito de trajetória de Bourdieu está sendo aplicado, fatos aparentemente insignificantes, num passado remoto, podem ser fundamentais. Se a questão é a luta política, tais elementos nem sempre são relevantes.

É a partir das teorias adotadas que o pesquisador decide quais são esses momentos. E então sim, os recortes são feitos (a partir do material fortemente transcrito). É a partir desses recortes que o pesquisador vai tentar compreender os processos que está estudando (sem perder de vista o conjunto do texto transcrito). O pesquisador não produz qualquer alteração do discurso. Mas obviamente procura

nele as ligações com o universo pesquisado que está sendo observado a partir de outras técnicas e do enfoque teórico mais adequado.

Dessa forma, o real se insinua até nas entrelinhas do discurso: cada pausa, cada tema reiterado, cada palavra com alta frequência num determinado momento, cada interrupção ou truncamento, cada idiosincrasia tem um significado para o qual o pesquisador precisa ter muita sensibilidade – uma sensibilidade que só se aprimora com o teoria mais adequada ao tema investigado.

É evidente que não vou entrar aqui na questão teórica. É tema para outro artigo. Passarei a um caso concreto, um trecho de uma história de vida, cuja análise permite demonstrar como até o ritmo do discurso pode ser revelador de rupturas e processo de reconstrução cultural.

O Sr. Geraldo Antônio Pio é um assentado do núcleo IV da Fazenda Monte Alegre (SP), na região de Araraquara, cujos assentamentos estamos investigando há mais de 10 anos. É importante registrar logo sua passagem por Guariba – cidade dormitório de cortadores de cana, na qual participou de momentos muito especiais, os famosos levantes de trabalhadores de cana que assentaram o *establishment* nos anos 83 e 84.

O grupo que veio de Guariba é um grupo de assentados muito especial, cuja marca sociológica fundamental se refere a esta luta na passagem pelo corte de cana, luta esta que compõe suas identidades em formação.

Recortei um trecho altamente significativo de seu discurso porque ele expressa com ênfase o que desejo transmitir agora:

Sr. G. – “Eu nasci em Santa Bárbara do Monte Verde em 1939. Comecei a trabalhar com a idade de seis anos... Trabalhando pouco... assim... na realidade... mas o meu trabalho era esse – carpir, roçar, plantar e colher...”

Entrevistadora – “O sr. plantava o quê?”

A entrevistadora teve a sensibilidade de perguntar algo extremamente estimulante, conforme veremos adiante. Aqui o narrador interrompera sua fala, cismando, talvez sobre a ambigüidade do seu trabalho aos seis anos de idade. Podemos sugerir essa explicação com certa margem de certeza porque as histórias de vida colhidas na zona rural mostram que os adultos de hoje começaram a trabalhar muito cedo, mas que esse trabalho tinha caráter educativo e muitas vezes lúdico (conforme nos lembra Ariés para o campesinato europeu medieval – Ariés, 1979).

Tal sugestão vai se expressar melhor em outro momento da entrevista quando o narrador recorda: “O meu brinquedo era trabalhar mesmo.”

Conforme se sabe a memória não é cronológica e muito menos analítica. Assim os temas se dispersam pela entrevista conforme são evocados ou provocados. Daí a necessidade de ter o texto todo transcrito à disposição para as sucessivas idas e vindas da análise.

Mas voltemos ao momento que estamos analisando. O narrador recorda que começou a trabalhar aos seis anos. Mas reflete em dúvida sobre o caráter desse trabalho. “Trabalhando pouco” (pausa). Após essa pausa vem um *assim* que supõe o modo como era feito esse trabalho. Supõe que o entrevistador sabe o que é o trabalho de uma criança. Nova reticência e então “Na realidade” expressa essa sugestão novamente (a de que todos sabem sobre a questão). A dúvida está nas entrelinhas. Mas de repente o narrador se anima e resolve dizer concretamente o que fazia. E então o discurso flui: “carpir, roçar, plantar, colher”.

Após explicar concretamente o que fazia, o narrador fica mudo, cismando sobre o que disse, conforme já sugerido.

Mas a questão proposta pela entrevistadora é altamente estimuladora, já que pede mais concretude sobre um tema que é fundamental para sujeitos socializados na zona rural: o trabalho em sua relação com a terra, produzindo alimento.

E a sua resposta vai por à luz dramáticas rupturas em sua trajetória de vida:

Sr. G. – “Plantava milho, arroz, feijão... e depois que apanhei um tamanho eu me casei e, interei mais uma ano em Minas Gerais. Daí vim pro Paraná. No Paraná... novamente a lavoura. Fomos derrubar mato... enfrentar a terra, n/é? Fomos derrubar mato... Tocar a mesma vida... Plantar milho, arroz, feijão, girassol, mamona... Tudo isso nós lutava... Interei 23 anos no Paraná... Vi que não dava. Enfrentei. Vim pra Guariba. Serviço péssimo, n/é? Cortar cana. Desgostei de cortar cana. Achei que melhorava aqui pra essa uma (assentamento). Estou aqui, enfrentando a Reforma Agrária, não é mais ou menos assim?”

O trecho recortado acima revela as rupturas sofridas pelo narrador. Ao recordar o que plantava, sua memória salta da infância para o momento do casamento quando a insuficiência da pequena propriedade do pai provoca sua saída. Ainda agüentou um ano. O plantio foi o seu fio condutor, o trabalho como fundamental. Em seguida migra para o Paraná. O discurso é então marcado pela reiteração da luta, o que está expresso no uso dos verbos. O verbo enfrentar aparece três vezes. A derrubada do mato é reiterada, aparecendo antes e depois do “enfrentamento” com a terra. Desse esforço que é a marca do discurso, ampliam-se os cultivos. Agora, além dos grãos tradicionais, aparecem o “girassol” e a “mamona”, e frase magnífica “Tudo isso nós lutava” recorda novamente o sacrifício. O narrador luta, enfrenta o trabalho durante 23 anos, para chegar à conclusão de que “não dava”. Mas ele *enfrenta* novamente. Vem para São Paulo. Ao referir-se a Guariba, a crítica aparece clara “serviço péssimo”. Agora não é só o enfrentamento na relação com a terra, que implicou a resistência de 23 anos. Agora a crítica ao corte de cana desvela a luta política que marcou a pequena cidade nos anos 80. O Sr. Geraldo participou da contestação violenta que marcou as *plantations* de cana em meados dos anos 80 e a memória do indizível se revela nesse trecho que marca a relação entre o narrador e a totalidade. O mais interessante no trecho recortado porém é o ritmo do discurso acompanhando as rupturas. O discurso se inicia lento com os “plantios”, faz pausa

e produz uma frase longa. À medida que avança na descrição das rupturas, o discurso vai ficando tenso, com frases curtíssimas: “Vi que não dava”, “Enfrentei”, “Vim pra Guariba”. Mas ao final do trecho um novo plano longo resolve a tensão: “Estou aqui enfrentando a Reforma Agrária, não é mais ou menos assim?”

É como se a “dissonância” da vida em Guariba (que agudizou-se nos conflitos) tivesse se resolvido numa consonância harmoniosa que comprovar-se-á no restante da entrevista quando o narrador vai destacar representações positivas sobre sua opção pela vida rural, quando vai ter afinal abundância de “frutas, legumes, criação” e principalmente espaço.

“A gente tem assim vago... Tem espaço pra plantar o que a gente queira, n/é? Tem mais estrutura”.

É claro que esta interpretação não levou em conta somente o trecho recortado. Ela relaciona o trecho com todo o texto da entrevista, no qual, em diversos momentos, os temas da luta e do enfrentamento estão colocados. Ela (a análise) leva em conta ainda um conceito teórico fundamental – a questão do trabalho como categoria crucial que movimenta a memória tanto a feminina como a masculina (Whitaker e Fiamengue, 1995) na maior parte dos depoimentos obtidos na zona rural.

Leva em conta ainda a questão da totalidade histórica e o processo de exclusão do qual têm sido vítimas tais sujeitos observados. Os levantes de Guariba constituem-se em marco histórico fundamental para a compreensão da formação deste núcleo de assentamento e ligam-no diretamente ao módulo econômico adotado pelo país. Será o tema do nosso próximo item, quando será possível observar que a subjetividade se articula com os diferentes níveis da História – o regional, o nacional, o universal, em momentos privilegiados que podem ser captados através de uma análise adequada de uma história de vida.

ANEXO

A TRANSCRIÇÃO DA FALA DO HOMEM RURAL: FIDELIDADE OU CARICATURA?

*Dulce C. A. Whitaker (coordenadora),
Alexandre Dantas, Eliana Ap. Andrade, Elis Cristina Fiamengue, Rosane Ap. Araújo e Vítor Machado*

A DESCARACTERIZAÇÃO DO DISCURSO DO OUTRO

Este ensaio não foi elaborado a partir de um ponto de vista lingüístico. É resultado da experiência acumulada em pesquisas sociológicas realizadas na zona rural.¹

1 Nosso grupo de pesquisa vem trabalhando com questões ligadas a Assentamentos de Reforma Agrária desde 1988. O 1º projeto no qual atuamos foi um Censo dos Assentamentos do Estado de São Paulo: Análise e Avalia-

Um dos problemas mais complicados na tarefa de transcrição pode ser enunciado da seguinte forma: como respeitar a fala do entrevistado? Quando o entrevistado pertence às classes privilegiadas, o problema não se coloca. Como num passe de mágica, a transcrição se transubstancia em discurso coerente, sempre reproduzido em ortografia correta, como se os falantes jamais cometessem hesitações ou deslizes fonéticos. Quando o entrevistado pertence a camadas outras, sob pretexto de “respeitar-lhe a cultura”, cometem-se barbaridades do ponto de vista ortográfico, confundindo-se ortografia com fonética.

É evidente que a sintaxe de qualquer discurso deve ser respeitada para que uma transcrição seja fidedigna. Assim, se o falante comete erros de concordância ou de regência de verbos, por exemplo, deve-se reproduzi-los em qualquer transcrição. Até porque a norma culta da língua é por vezes desrespeitada mesmo nos grupos que se consideram mais eruditos. Transcrever erros de sintaxe não configura, portanto, falta de respeito em relação à fala do outro. Falta de respeito seria corrigi-los.

Os problemas com os quais este texto se preocupa ocorrem no nível fonético, quando, em sua onipotência, os transcritores julgam possível reproduzir uma pronúncia original, usando erros ortográficos. Quando um sujeito fala, ele está falando, não está escrevendo. Não está, assim, cometendo erros ortográficos. Diríamos até que não está cometendo erro algum. Usa a pronúncia característica do seu grupo social, e com ela recebe aprovação dos seus pares. Como transcrever esta pronúncia? O alfabeto que utilizamos em qualquer atividade, acadêmica ou não, não é um alfabeto fonético. Não dá conta, portanto, da imensa variedade de pronúncias das sociedades complexas. Por exemplo, como reproduzir o chiado do *s* dos cariocas? Como reproduzir as vogais abertas dos nordestinos? Os gaúchos pronunciam corretamente o *l* após as vogais. E nós paulistas, deveríamos transcrever nacional com *u*, quando pronunciado pelo presidente da república?

Os exemplos seriam infinitos. Estamos preocupados com o homem rural porque ele tem sido a vítima indefesa de transcritores bem-intencionados que julgam estar respeitando seu discurso e conseguem reproduzir apenas a caricatura de sua pronúncia. Em nossa opinião, esse tipo de tentativa de respeitar a fala do outro, como numa dialética negativa, gera desrespeito.

Respeitar o entrevistado implica, portanto, reproduzir apenas os “erros” de sintaxe, isto é, as formas peculiares de articulação do discurso. Escrever corretamente o léxico (sem erros ortográficos) nos parece fundamental para reforçar este respeito.

ção dos Projetos de Reforma Agrária e Assentamento do Estado de São Paulo (FINEP/CNPq). Atualmente, trabalhamos com técnicas qualitativas no projeto “Assentamentos de Trabalhadores Rurais: a construção de um modo de vida em um campo de possibilidades e diversidades (Auxílio Integrado/CNPq).

Afora isso, vale ressaltar que uma transcrição conduzida de maneira imprópria termina por truncar a leitura do texto, comprometendo sobremaneira sua fluência e, por extensão, sua compreensão.

Estas críticas baseadas em experiência do grupo levantam problemas que merecem discussão. Este artigo surge, também, com o propósito de realizar sugestões que tornem mais eficientes os resultados da transcrição, dada a importância da fala do entrevistado, não só para a sua utilização em um determinado estudo, como também para uma valorização dessa fala, na maioria das vezes, ouvida e avaliada de forma preconceituosa. O que nos preocupa aqui é exatamente a produção do dado.

SUGESTÕES DO GRUPO NO QUE SE REFERE À TRANSCRIÇÃO DO MATERIAL COLHIDO

Nesta segunda parte do artigo buscaremos sugerir algumas normas de transcrição que visem preservar o conteúdo do discurso do entrevistado, a fim de evitar o caráter caricatural que algumas transcrições, ainda que inadvertidamente, conferem à sua fala.

1. A nossa primeira regra é resultado de nossas reflexões expostas na introdução desse texto. Ela diz respeito justamente à maneira como o texto é transcrito. Tomemos, a título de exemplo, a frase: “O homem chegou e não deu para falar”. Transcrita dessa forma ela não traz consigo qualquer preconceito seja de classe ou grupo social ou étnico. Porém, se ela for transcrita da seguinte maneira: “O home chegô e num deu prá falá”, carrega consigo o pressuposto de que o falante se encontra em uma condição precária – ou mesmo nula – de escolaridade. Ora, temos observado que quando o falante possui escolaridade e *status* mais elevado, mesmo que a pronuncie dessa última maneira, o transcritor não a transcreve assim. O transcritor, contaminado pela ideologia, corrige o discurso dos seus pares e o seu próprio, pois se não o fizesse, isto sim, seria “desrespeitar” a condição do falante. Ou seja um claro processo ideológico determina esse ato: corrige-se a fala do pesquisador (que também erra, mas nunca aparece) e “respeita-se” a do entrevistado, caricaturizando sua maneira de falar.
2. No entanto, acreditamos que quando emergirem palavras e expressões características da pessoa e do grupo ao qual ela faz parte, elas devem vir transcritas de maneira fiel à pronúncia, podendo-se, portanto, grafá-las em ortografia alternativa e colocada entre aspas. Por exemplo: “cidadinha”. Esta 2ª regra funciona como uma espécie de exceção à 1ª, já que toda regra tem uma exceção que a confirma, esta licença nos foi sugerida pela prática. Ressaltar o pitoresco enriquece a transcrição quando feita de forma criteriosa. Esta é uma convenção do grupo.

3. Não corrigir concordância verbal. Deve-se transcrevê-la da maneira exata que o falante a expressa, conforme explicitado na primeira parte deste artigo. Por ex.: "...mandou nós fazer..."; "... depois que eu mudei perto dele nós namorou dois anos assim, firme". De forma geral, respeitar a sintaxe do discurso do entrevistado: "Então eu parei pra mim ajudar em casa..."; "O meu filho ainda era de menor...".
4. A indicação de risos deve aparecer entre parêntesis na seqüência da entrevista: "... mas eu gostava muito de andar nas árvores (risos), eu não gostava de brincar com boneca...". Esta regra se coloca obviamente pela impossibilidade de reproduzir o som do riso com nosso alfabeto de 23 letras.
5. Gestos significativos e expressões devem aparecer no texto entre parêntesis: (os olhos ficaram marejados de lágrimas); (A voz embargou). Esta prática ajuda a enfatizar sentimentos que se perdem na transcrição, uma vez que a riqueza da fala, cheia de ressonâncias, é impossível de ser assim reproduzida. Aqui alguém pode contestar. "Por que não usar só a fala gravada com sua maior riqueza? Ou o vídeo?" O caráter efêmero do som e da imagem obviamente é obstáculo à análise. Daí a necessidade da transcrição, única forma que permite ao pesquisador debruçar-se sobre o dado e analisá-lo. Análise é processo demorado. Exige dados fidedignos.
6. Quando a entrevista é interrompida por terceiros, deve-se explicitar tal interrupção em nota de rodapé para não quebrar o discurso, interrompendo seu fluxo natural, que lhe dá coerência.
7. Resolvemos que a expressão "né" (não é) deveria em nossos trabalhos aparecer da seguinte forma: N/É seguida de ponto de interrogação, quando estiver no final da frase. Por exemplo: "Era três quilômetros pra ir na escola, n/é?" Se a expressão ocupar o meio da frase, a interrogação deve vir seguida de reticências e a frase continuar com letra minúscula. Por ex.: "Então, eu tentei, n/é?... , mas a chuva não veio". Esta medida visa mostrar a expressão como contração e não como erro. Contração esta presente em discurso de todas classes sociais, do lixeiro ao ministro e que só aparece na transcrição da fala do lixeiro.
8. Nota de rodapé – Devem ocupar nota de rodapé também explicações acerca de palavras características. Enfim, notas de rodapé serão utilizadas sempre que o transcritor sentir necessidade de explicar procedimentos.
9. Pausa no discurso, hesitação ou interrupção no pensamento devem ser seguidas de reticências: "chegava com as pernas... estocada de sangue."
10. A transcrição de uma história de vida (ou de outras entrevistas compreensivas), na medida do possível, não deveria ser feita por pessoas alheias à

pesquisa. Deve ser feita pela pessoa que a colheu ou por um pesquisador do mesmo grupo e que, portanto, compartilha das mesmas preocupações, ainda que a partir de diferentes enfoques. Esta medida evita que os dados sejam desvirtuados de sua proposta inicial e é necessária para que não se incorra em erros de ordem interpretativa. Afinal, o rigor com dados científicos não deve ser esquecido e os dados de uma entrevista são os dados de um pesquisador. Eles podem ser postos à disposição de outros pesquisadores interessados na mesma temática. Daí a importância do rigor na produção do dado.

Este texto foi produzido a várias mãos, o que demandou longas reuniões sistematizadoras de longos anos de experiência. Paradoxalmente é um texto curto. O paradoxo é apenas aparente. Usamos muito tempo para realizar esta síntese. No entanto, isto não significa que a síntese esteja fechada. Trazê-la à discussão é um primeiro passo para provocar novas antíteses e reformular o que for necessário.

Abstract: This article discusses two major questions posed by life-histories, that of the transcription of the interview, and the theoretical questions that clarify the analysis of the material. Other important issues discussed include the trustworthiness of the transcription and the ethnocentric and sociocentric characteristics of the transcriber who corrects the speech of the interviewee.

Keywords: life-histories, transcription, interpretation